AGESUL — SEILOG Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística — Governo de Mato Grosso do Sul

Processo n.º **79.011.393-2024**
Data: **30/01/2025**

MAPA DE RISCOS DO PROCESSO:	META PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS						
Nº EVENTO	ATIVIDADE	RISCO			NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	SETOR RESPONSÁVEL
		CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS			
RISCO 01	ABERTURA DO PROCESSO NO E-MS	Indisponibilidade do sistema, problemas de conexão ou erros de operação.	**Falha no sistema E-MS**	Atraso no início do processo, compromissos não atendidos, prazos comprometidos e insatisfação das partes. Necessidade de protocolo alternativo	MÉDIO		
RISCO 02	ABERTURA DO PROCESSO NO E-MS	Limitação de caracteres para descrever o objeto; Desconhecimento técnico do servidor que abre o processo. Possível inadimplência nas especificações técnicas do objeto contratado.	**Registro incorreto do objeto a ser contratado**	Pode levar à contratação de serviços ou produtos inadequados, resultando em retrabalho, desperdício de recursos e possíveis ações judiciais se os serviços não atenderem às necessidades reais. Além disso, pode causar atrasos no cronograma e impactar a execução da obra. Dificuldade para localizar os processos pelo nome, igualdade de objetos.	MÉDIO		
RISCO 03	FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - COMUNICAÇÃO INTERNA	Comunicação ineficiente entre os diferentes departamentos e equipes envolvidas podem levar a uma descrição ambígua das necessidades de contratação. Falta de alinhamento interno onde as equipes de planejamento podem não ter uma compreensão clara dos objetivos do órgão Dados insuficientes e informações sem clareza fornecidas sobre as necessidades reais podem macular o pedido e não ser interpretado como uma necessidade.	**Falta de clareza na descrição da necessidade de contratação**	Demora na autorização para a realização da contratação. Possibilidade de recusa pela autoridade máxima no prosseguimento do processo.	MUITO BAIXO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Padronização de DFD - CI	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações
RISCO 04	FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - COMUNICAÇÃO INTERNA	Para que a autoridade responsável pela aprovação da contratação que suprirá a demanda, o responsável pelo pedido deve fornecer dados suficientes para a formação de políticas públicas e suprimento dos anseios da população. A falta de consistência dos dados pode levar a insatisfação com o resultado final.	**Dados inconsistentes na formulação da demanda**	Demora na prestação do serviço; Cancelamento dos pedidos; Inconsistência do orçamento, uma vez que os documentos de formalização de demanda subsidiarão o Plano de Contratações Anual.	MUITO BAIXO		
RISCO 05	PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA	Não elaboração do PCA; Deficiências na comunicação entre as equipes responsáveis pela elaboração e aprovação do orçamento podem causar ineficiências. Inadequação de informações históricas ou estimativas imprecisas; Necessidade não conhecida à época de elaboração do PCA; Falta de clareza do demandante.	**Recursos necessários para execução orçamentária imprecisos**	Em casos de superestimativas, recursos que foram empenhados no projeto poderiam ser utilizados em outras demandas. Se a demanda exceder o orçamento, projetos essenciais podem ser cancelados, impactando o planejamento e a execução das obras. Paradas no trabalho e prorrogação de prazos devido a insuficiências de recursos.	MUITO BAIXO	Elaboração do Plano de Capacitação Anual	Autoridade máxima do órgão
RISCO 06	PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA	Processo legislativo envolvido na aprovação do orçamento pode resultar em atrasos, especialmente se houver múltiplas camadas de revisão. Modificações nas leis federais, estaduais ou municipais que afetam a alocação de recursos orçamentários. Novas prioridades políticas ou mudanças na administração que impactam os investimentos em determinados setores. Crises econômicas ou mudanças nas condições financeiras que podem levar a cortes orçamentários em áreas específicas Instabilidades ou mudanças na administração que podem atrasar a aprovação de orçamentos, impactando o planejamento das obras.	**Atraso ou mudanças nas diretrizes orçamentárias**	Mudanças inesperadas podem afetar o planejamento financeiro, dificultando a execução de projetos programados. Se os recursos não forem disponibilizados devido a alterações nas diretrizes, pode haver o cancelamento de obras essenciais, prejudicando a infraestrutura. Mudanças orçamentárias podem gerar descontentamento entre a população e as partes interessadas, afetando a reputação da administração pública. A demora na aprovação pode afetar o cronograma de outras etapas do processo de contratação, levando a um efeito dominó de atrasos. A incerteza quanto à aprovação orçamentária pode dificultar a busca por financiamento externo ou parcerias, resultando em menos recursos disponíveis.	MÉDIO		
RISCO 07	PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA	Alterações constantes podem desviar o foco e aumentar o risco de retrabalho e confusão entre as partes envolvidas. Interferência política nas prioridades do órgão. Mudanças de projetos.	**Mudanças frequentes na demanda**	Mudanças constantes podem exigir revisões repetidas, aumentando o tempo e o custo do projeto. Alterações frequentes podem causar desentendimentos, prejudicando a comunicação e a colaboração entre os membros da equipe e demais partes. A falta de estabilidade na demanda pode dificultar a elaboração do PCA e a execução das atividades. Ingerência política na definição das prioridades pode mudar o foco do órgão e projetos técnicos podem ser desqualificados ou dispensados.	BAIXO		
RISCO 08	AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE - SIGA-TR	Falta de treinamento adequado ou sobrecarga de trabalho. Demora na análise de conformidade da demanda. Atrasos na elaboração e aprovação da demanda. Processos burocráticos e falta de pessoal qualificado. Atualizações nas regulamentações, mudanças na administração.	**Atrasos na autorização**	Impacto no cronograma do projeto e execução da obra, possível perda de recursos e confiança pública. Impacto na programação das etapas seguintes, resultando em prazos não cumpridos e possível perda de recursos financeiros ou orçamentários, além de afetar a confiança do público e da equipe.	MÉDIO		
RISCO 09	AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE NO SIGA-TR	Insuficiência na análise da documentação e dos requisitos antes da concessão da autorização. Influências externas ou pressões para acelerar a autorização podem resultar em decisões precipitadas. A falta de clareza nas informações fornecidas pela equipe de planejamento pode levar à concessão de autorizações sem a devida diligência. Atualizações nas regulamentações, mudanças na administração. Falta de atributos legais	**Autorização indevida**	A concessão de autorização sem a verificação adequada pode resultar em ações judiciais, multas ou penalidades para a administração pública. Autorização sem a devida análise pode levar à execução de obras inadequadas ou incompletas, impactando a qualidade do serviço final. Questões legais ou de qualidade podem manchar a imagem da autoridade responsável, afetando a confiança do público na gestão.	MUITO BAIXO		
RISCO 10	INSTRUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE PEDIDO	Por se tratar de documentação prevista na legislação estadual, o IOP deve seguir alguns ritos procedimentais e tem atributos legais que podem ser desrespeitados, ou por falta de informação ou falta de capacitação.	**Irregularidade no Instrumento de Oficialização de Pedido**	A falta de documentação correta pode resultar em problemas legais ou de conformidade, prejudicando a execução do contrato ou até mesmo anulando os atos processuais de responsabilidade do agente nomeado. Atrasos podem resultar em prazos não cumpridos, afetando o andamento do projeto. A falta de justificativa para o empenho dos recursos na contratação pode anular todo o processo. Sendo ainda passível de responsabilização da Autoridade máxima.	BAIXO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Elaboração de IOP padrão	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações
RISCO 11	INSTRUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE PEDIDO	Falta de critérios claros para a seleção do agente pode resultar em escolhas inadequadas. A urgência pode levar à designação de um agente sem as competências necessárias. A ausência de uma análise das habilidades e experiências dos candidatos	**Designação inadequada do agente de contratação**	Um agente sem as competências necessárias pode falhar em monitorar e gerenciar adequadamente o processo de contratação. O agente pode tomar decisões inadequadas que comprometam a execução do contrato e o alcance dos objetivos do projeto. A falta de habilidades de negociação e gestão pode gerar conflitos entre as partes envolvidas.	MUITO BAIXO		
RISCO 12	DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	A designação dos membros da equipe pode não levar em consideração as qualificações técnicas e a experiência prévia dos profissionais. A ausência de programas de capacitação e atualização impede o desenvolvimento das competências permitidas para o planejamento adequado. A equipe é designada sem uma definição clara de funções específicas, resultando em sobreposição de tarefas e falta de responsabilidade.	**Falta de experiência e responsabilidades bem definidas para a equipe**	A falta de experiência pode levar a erros no planejamento, resultando em revisões constantes e aumento dos custos operacionais. Membros sem responsabilidades bem definidas tendem a ser menos produtivos e colaborativos, o que prejudica o andamento das atividades. A falta de expertise compromete a precisão e adequação dos documentos de planejamento, impactando as previsões do projeto.	BAIXO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Elaboração de documento para designação de equipe de planejamento	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações

Av. Des. José Nunes da Cunha, Bloco 14
Pq. dos Poderes Pedro Pedrossian | CEP: 79031-310 | Campo Grande/MS
Fone: 67.3318 5300 | www.seilog.ms.gov.br

AGESUL — SEILOG Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística — Governo de Mato Grosso do Sul

Processo nº **79.011.393-2024**
Data: **30/01/2025**

MAPA DE RISCOS DO PROCESSO:	META PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS						
Nº EVENTO	ATIVIDADE	RISCO			NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	SETOR RESPONSÁVEL
		CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS			
RISCO 13	DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	Atribuição de tarefas complexas a poucos profissionais, deixando outros membros com menor carga de trabalho. Falhas no mapeamento das habilidades dos membros da equipe, o que gera uma distribuição desigual das tarefas. Demandas emergenciais e prazos apertados podem fazer com que as tarefas se concentrem em alguns profissionais considerados "chave", gerando acúmulos.	**Concentração dos processos podendo ocasionar acúmulos e sobrecarga**	A sobrecarga em alguns membros da equipe aumenta a chance de falhas e descuidos nas atividades realizadas. A concentração de tarefas e a sobrecarga podem levar ao esgotamento mental dos profissionais, afetando sua motivação e produtividade. O acúmulo de tarefas pode resultar em atrasos no cronograma, comprometendo a execução do planejamento e a programação dos projetos.	MUITO BAIXO		
RISCO 14	DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	A ausência de comunicação formal e estruturada pode fazer com que os membros da equipe não compreendam completamente os objetivos e suas responsabilidades. Membros que não participam de todas as fases do planejamento podem não ter conhecimento completo dos processos. A substituição frequente de membros da equipe pode levar à perda de informações e a um entendimento parcial dos objetivos e processos em andamento.	**Falta de ciência dos membros da equipe**	A falta de ciência sobre os processos gera desalinhamento e compromete a execução conforme o planejamento planejado. Quando os membros desconhecem detalhes cruciais, as decisões podem ser menos informadas e mais suscetíveis a erros. A ausência de conhecimento e engajamento com os objetivos reduz o senso de responsabilidade e o comprometimento da equipe com os resultados.	MUITO BAIXO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Termo de designação contendo campo para a ciência dos membros e evitar atrasos ou responsabilizações.	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações
RISCO 15	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	Dados históricos desatualizados. Falta de acesso a bases de dados confiáveis. Ausência de levantamentos técnicos prévios. A falta de acesso a dados relevantes e atualizados pode comprometer a elaboração do estudo. A escassez de tempo ou de recursos humanos e financeiros pode limitar a coleta de informações necessárias. Dificuldade de entendimento da necessidade da contratação. A possibilidade de erros na coleta ou análise de dados pode afetar a precisão das informações apresentadas	**Insuficiência de dados técnicos para elabora do ETP**	A falta de informações confiáveis pode levar a decisões que não refletem a realidade do projeto, comprometendo sua eficácia. Informações imprecisas podem resultar em falhas na execução, com impactos diretos na qualidade do projeto. A ausência de dados precisos pode tornar difícil defender as decisões tomadas durante o planejamento. Falta de comprovação técnica por laboratoriais credenciados que garantam as especificações técnicas exigidas em projeto.	BAIXO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Elaborar ETP padrão com todas as exigências legais e de acordo com as diretrizes do órgão.	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações
RISCO 16	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	Muitas vezes, o ETP é elaborado sem uma verificação completa das normativas e legislações atualizadas. A não participação de profissionais das áreas jurídica e técnica no processo pode resultar em omissões ou interpretações equivocadas das normas aplicáveis. A equipe pode não estar completamente familiarizada com as regulamentações específicas para o tipo de projeto, especialmente se houver particularidades regionais ou setoriais. Falta de atendimento a princípios que regem a lei de licitações, tais como a sustentabilidade.	**Inadequação aos Requisitos Legais e Normativos**	O projeto pode ser alvo de auditorias e fiscalizações, resultando em multas ou outras penalidades pela não conformidade. A necessidade de adequação aos requisitos legais pode gerar retrabalho significativo e custos adicionais. Dependendo da gravidade da inadequação, o projeto pode ser suspenso ou até cancelado, comprometendo os prazos e resultados esperados. Projetos nem sempre mais econômicos financeiramente são sustentáveis durante a vida útil do objeto.	MÉDIO		
RISCO 17	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	Falta de comunicação e integração entre as equipes de planejamento operacional e os gestores responsáveis pelo planejamento estratégico. A elaboração do ETP pode ocorrer sem uma análise criteriosa das metas e diretrizes da instituição, levando a um projeto desalinhado. Alterações nas diretrizes ou nas prioridades estratégicas da instituição que não são comunicadas ou consideradas durante a elaboração do ETP.	**Incompatibilidade com o Planejamento Estratégico da Instituição**	O projeto pode ser considerado irrelevante ou desnecessário pelas lideranças institucionais, resultando em falta de apoio ou até mesmo cancelamento. O projeto pode perder recursos financeiros e humanos, além de não receber o suporte necessário para sua execução bem-sucedida. Impacto na Imagem Institucional: Projetos desalinhados com o planejamento estratégico podem ser vistos como má gestão, afetando a credibilidade da instituição perante agentes e parceiros.	MUITO BAIXO		
RISCO 18	PACOTE TÉCNICO PARA LICITAÇÃO	A equipe responsável pela solução mais viável pode não ter a experiência necessária para lidar com as complexidades técnicas exigidas, o que resulta em especificações inadequadas. A pressão por concluir o projeto rapidamente pode comprometer a atenção aos detalhes técnicos, resultando em uma finalização com deficiências e falta de precisão. A ausência de ferramentas e softwares especializados para elaboração e verificação do projeto pode limitar a qualidade dos dados. Falta de integração entre diferentes áreas de engenharia (estrutural, elétrica, hidráulica, etc.) pode gerar conflitos A equipe de projeto pode não estar atualizada quanto às normas técnicas, regulamentações e avanços tecnológicos A ausência de uma comunicação clara entre os membros da equipe pode gerar falhas de entendimento e omissões técnicas	**Deficiência na qualidade técnica**	Deficiências técnicas identificadas durante a elaboração podem exigir revisões e alterações Falhas técnicas comprometem a durabilidade, funcionalidade e segurança do objeto. A necessidade de alterar o projeto durante a execução pode gerar aditivos contratuais e reajustes, que aumentam o orçamento e causam desequilíbrio financeiro no contrato. A finalidade pode não atender aos padrões de qualidade e às normas legais, resultando em possíveis sanções, multas e complicações legais para a entidade contratante. Deficiências técnicas comprometem a reputação da instituição responsável, gerando desconfiança do órgão e da comunidade em relação à capacidade de gestão e execução.	ALTO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Checklists detalhados para conferência técnica	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações
RISCO 19	PACOTE TÉCNICO PARA LICITAÇÃO	Ausência de levantamentos geotécnicos, topográficos e ambientais detalhados sobre o local, o que pode levar a uma compreensão insuficiente das condições reais de implantação. Projeto elaborado sem considerar as características específicas do solo e da topografia, como tipo de solo, resistência, inclinações, entre outros fatores. Falta de análise da infraestrutura já existente no local, como redes de esgoto, abastecimento de água e energia elétrica, que poderiam impactar o projeto. Não envolvimento de agentes locais, como comunidade, órgãos ambientais e autoridades locais, que poderiam contribuir com informações e restrições específicas do local.	**Incompatibilidade do dados do pacote técnico com o local de realização do objeto**	O projeto pode precisar de modificações para se adaptar às condições reais do local, o que aumenta o tempo e os custos de execução. A incompatibilidade com o solo, clima ou infraestrutura local pode comprometer a segurança estrutural, reduzir a vida útil da obra e resultar em falhas precoces. A falta de adequação ao local pode gerar impactos ambientais indesejados, como erosão, poluição ou degradação do ecossistema local, além de possíveis danos à infraestrutura existente. As adaptações necessárias para corrigir a incompatibilidade com o local podem causar atrasos significativos no cronograma e gerar a necessidade de aditivos contratuais, aumentando o custo do projeto. Pode haver insatisfação por parte da comunidade, resultando em reclamações, paralisações e possíveis conflitos com a comunidade.	MÉDIO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Elaborar plano de fiscalização para recebimento de projetos de engenharia	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações

Av. Des. José Nunes da Cunha, Bloco 14
Pq. dos Poderes Pedro Pedrossian | CEP: 79031-310 | Campo Grande/MS
Fone: 67.3318 5300 | www.seilog.ms.gov.br

AGESUL — SEILOG Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística — Governo de Mato Grosso do Sul

Processo n.º **79.011.393-2024**
Data: **30/01/2025**

MAPA DE RISCOS DO PROCESSO: META PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS							
Nº EVENTO	ATIVIDADE	RISCO			NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	SETOR RESPONSÁVEL
		CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS			
RISCO 20	PACOTE TÉCNICO PARA LICITAÇÃO	Os projetos não são revisados ou atualizados periodicamente, resultando em especificações e metodologias desatualizadas em relação aos avanços tecnológicos do setor. Restrição orçamentária que leva a priorizar soluções convencionais e mais baratas, evitando a incorporação de novas tecnologias que possam ter um custo inicial mais alto. A equipe ou a instituição pode ter uma cultura resistente a mudanças, priorizando métodos e tecnologias tradicionais com as quais estão familiarizados. Falta de capacitação ou acesso a informações sobre as tecnologias mais recentes e suas vantagens, o que limita a capacidade de projetar soluções modernas e eficientes. Ausência de políticas institucionais voltadas para a inovação e a atualização tecnológica, o que leva a uma defasagem dos projetos ao longo do tempo.	**Projetos defasados de soluções tecnológicas**	A utilização de tecnologias obsoletas pode reduzir a eficiência do projeto, resultando em processos mais lentos e aumento do tempo de execução. Equipamentos e métodos desatualizados costumam demandar mais manutenção e consumirem mais recursos, elevando os custos operacionais a longo prazo. Tecnologias ultrapassadas podem comprometer a durabilidade da infraestrutura ou obra, exigindo intervenções e reformas em intervalos menores. A instituição pode perder competitividade em relação a outras que utilizam soluções modernas e mais eficientes, tanto em termos de licitações quanto na qualidade final do projeto. Tecnologias antigas podem ser menos sustentáveis, resultando em maior consumo de energia e recursos, além de maior geração de resíduos, prejudicando o meio ambiente. Projetos defasados tecnologicamente podem não atender às expectativas dos usuários e agentes públicos, especialmente se houver alternativas mais modernas disponíveis.	BAIXO		
RISCO 21	TERMO DE REFERÊNCIA	O TR pode ser elaborado sem um escopo bem definido, resultando em descrições vagas ou ambíguas das necessidades e objetivos do projeto. Falta de atualização da equipe sobre normas específicas e regulamentações aplicáveis ao tipo de obra ou serviço, o que pode levar a não conformidades.	**Definição de objeto ou escopo de forma inadequada**	A falta de clareza no TR pode levar à contratação de fornecedores ou prestadores de serviços que não atendem aos requisitos específicos do projeto, comprometendo a qualidade da execução. Deficiências no TR podem resultar em mudanças e aditivos contratuais durante a execução, elevando os custos do projeto e impactando o orçamento.	MÉDIO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Elaborar modelo de TR para todos os departamentos com os requisitos legais	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações
RISCO 22	TERMO DE REFERÊNCIA	Falta de atualização sobre as legislações e normas técnicas aplicáveis ao tipo específico de projeto, como normas de segurança, acessibilidade, sustentabilidade e regulamentações ambientais. Ausência de envolvimento de profissionais jurídicos e técnicos na revisão do Termo de Referência, o que pode levar a omissões ou interpretações equivocadas das normas. A pressão por cumprir prazos apertados pode comprometer o rigor necessário na verificação da conformidade com as normas e regulamentações, resultando em um TR incompleto ou incorreto. A inexistência de procedimentos e checklists padronizados de conformidade legal para a elaboração do TR aumenta a probabilidade de o documento não atender a todos os requisitos.	**Inadequação aos requisitos legais e normativos**	A obra pode ser paralisada por órgãos fiscalizadores até que as adequações sejam realizadas. A inadequação do TR pode resultar em penalidades financeiras e administrativas impostas por órgãos de controle, afetando o orçamento do projeto e a reputação da instituição. A necessidade de corrigir o projeto e adequá-lo às exigências legais durante a execução gera retrabalho e custos adicionais, prejudicando o planejamento financeiro e cronograma da obra. A inadequação inicial do TR pode levar à necessidade de aditivos contratuais para incluir especificações e ajustes necessários, elevando o custo total da obra. A falta de conformidade com normas de segurança e qualidade pode resultar em uma obra que não atende aos padrões mínimos exigidos, comprometendo a durabilidade e a segurança dos usuários. Problemas legais e normativos podem afetar a imagem da instituição, diminuindo a confiança de agentes externos, como financiadores, fornecedores e a população.	MÉDIO		
RISCO 23	TERMO DE REFERÊNCIA	A necessidade de finalizar rapidamente o Mapa de Risco pode levar a análises superficiais. A ausência de informações detalhadas pode dificultar a elaboração de análises completas. A ausência de uma revisão detalhada pode permitir que análises superficiais sejam aceitas.	**Falta de experiência da equipe**	Análises superficiais podem resultar em planos de mitigação que não abordam adequadamente os riscos. A falta de detalhamento pode deixar o projeto mais exposto a imprevistos e crises. A equipe pode não estar plenamente ciente dos riscos, dificultando sua gestão.	BAIXO		
RISCO 24	MAPA DE RISCO	A não elaboração do Mapa de riscos, apesar de ser obrigatória, pode levar a dificuldades de resoluções de problemas que poderiam ter sido evitados. A ausência de um planejamento para revisões periódicas pode resultar em um Mapa desatualizado. A falta de valorização da importância do Mapa de Risco pode levar à negligência na sua atualização e na análise dos processos sob a ótica de riscos.	**Metodologia inadequada**	A falta de Mapa ou desatualização podem não refletir as condições atuais do projeto, levando a erros na gestão de riscos. Novos riscos podem surgir e não serem considerados, comprometendo a eficácia do gerenciamento. A falta de atualizações pode levar à perda de controle sobre os riscos, dificultando ações preventivas e ou controle de riscos agravados.	MÉDIO	Elaborar um cronograma com as revisões periódicas para atualização do Mapa de Riscos	Unidade Setorial de Controle Interno
RISCO 25	PARECER TÉCNICO - DMA	Falta de comunicação e integração entre a equipe de planejamento e a Diretoria de Meio Ambiente, resultando em pouca ou nenhuma participação desta durante a fase preparatória. Ausência de políticas e procedimentos claros que estabeleceram o papel da Diretoria de Meio Ambiente no processo de contratação, deixando sua participação como uma etapa opcional ou informal. A incompreensão das atividades da Diretoria de Meio Ambiente gera distanciamento natural com as demais áreas do órgão, o que dificulta os processos de licenciamento ambiental, inclusive nas contratações de projetos de engenharia, responsáveis pela entrega do licenciamento. A equipe de Meio Ambiente pode não estar atualizada sobre a demanda vigente e ter pouco prazo para a análise do processo.	**Falta de acompanhamento da Diretoria de Meio Ambiente durante o processo de contratação**	Atraso na contratação, análise ao final da etapa de preparação pode demandar tempo superior aos prazos do processo. Tempo escasso para análise pode ocasionar erros no parecer ou perda de recursos, dependendo da complexidade, podendo inclusive inviabilizar o empreendimento, causando a suspensão da licitação. Responsabilização dos agentes de planejamento pela falta do regularidade ambiental da contratação. Processos sem o devido acompanhamento ambiental podem gerar impactos e danos ambientais irreversíveis, passiveis de sanções e penalidades para a administração pública.	MÉDIO	Análise durante o processo de contratação com Parecer Técnico sobre a viabilidade de prosseguimento para a licitação.	Diretoria de Meio Ambiente
RISCO 26	PARECER TÉCNICO - DMA	A equipe pode estar desatualizada sobre as normais legais, regulamentares e interpretações atuais dos órgãos sobre as atividades. A alta frequência das demandas pode causar a desatenção do superior imediato durante a avaliação do relatório. Projetos de má qualidade podem macular o real risco ambiental da execução. Falta de técnicas sustentáveis na execução de projetos podem não ser consideradas, apenas análise do objeto final.	**Erro no enquadramento da atividade ambiental**	Enquadramento errado poderá isentar uma atividade que deveria ser licenciada, expondo a administração pública à sanções e penalidades, semelhantes à ausência de licença. Desperdício de recursos diretos através de contratação e indiretos através da utilização de recursos humanos utilizados na elaboração de estudos desnecessários. Insegurança técnica para as obras públicas com possíveis danos ambientais.	BAIXO		

AGESUL — SEILOG Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística — Governo de Mato Grosso do Sul

Processo n.º **79.011.393-2024**
Data: **30/01/2025**

MAPA DE RISCOS DO PROCESSO:	META PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS						
Nº EVENTO	ATIVIDADE	RISCO			NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	SETOR RESPONSÁVEL
		CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS			
RISCO 27	PARECER TÉCNICO - DMA	Os processos ambientais correspondem e interagem objetivamente com o Direito Ambiental, Florestal, Mineral, Fiduciário, Fauna e entre outros, e a falta de conhecimento em várias áreas pode gerar insegurança na emissão do parecer. Diferentes modelos de projetos e de metodologias construtivas no órgão, por sua natureza como gestora das contratações de infraestrutura estadual, além de especificidades e complexidades de obras de pequeno e grande porte. Despadronização nos formatos técnicos apresentados por outras áreas que não tem entendimento ambiental dificultam a análise. Insuficiência do quadro técnico profissional para atender as demandas de todas as diretorias e superintendências. Durante a elaboração de novos projetos, pode haver falha nos trâmites internos e a Diretoria de Meio Ambiente pode não ser envolvida durante a análise técnica e consequentemente nas respectivas providências. A equipe do Meio Ambiente pode não estar atualizada sobre a demanda vigente e tomar conhecimento somente para a elaboração do parecer técnico.	**Atraso na emissão do parecer**	Atraso nas contratações e consequentemente no início das obras. Necessidade de pareceres sem a devida atenção podem levar a irregularidades e responsabilização dos agentes. Desperdício direto através de contratação e indireto através da utilização de recursos humanos utilizados na elaboração de estudos desnecessários. Alta demanda dos profissionais causando danos a saúde, o que pode ocasionar a diminuição do quadro, já insuficiente. Maior distanciamento entre as diretorias e os agentes por responsabilização indevida sobre o atraso. Dificuldades encontradas pela diretoria podem ocasionar a improdutividade de seus colaboradores.	BAIXO		
RISCO 28	PRÉ-EMPENHO	A equipe responsável pode não ter recebido treinamento adequado sobre o processo de pré-empenho. Erros na utilização de sistemas eletrônicos para a execução do pré-empenho podem levar a informações incorretas. A falta de tempo para análise da documentação e execução devido a urgência para finalização do processo de licitação.	**Erro na execução do pré-empenho**	Erros podem levar a registros contábeis incorretos, dificultando a auditoria e a transparência. Problemas no pré-empenho podem impedir a formalização adequada do contrato, atrasando o início da execução. A falta de conformidade pode levar a sanções administrativas ou legais.	MÉDIO		
RISCO 29	PRÉ-EMPENHO	A equipe responsável pode não ter recebido treinamento adequado sobre o processo de pré-empenho. Alterações nas prioridades do governo ou da instituição podem desviar recursos de projetos já planejados. Desvios de verbas ou superávit em outros projetos podem comprometer a disponibilidade de recursos. Mudanças nas normas ou leis que regulam a execução orçamentária. O planejamento orçamentário que não reflete a realidade atual dos projetos.	**Incompatibilidade com o planejamento orçamentário**	Impedimento ao avanço e a execução do projeto, frustrando as expectativas do órgão, conflitos entre as equipes e causando prejuízo a reputação da instituição perante a sociedade. Atrasos no cronograma, gerando necessidade de ajustes no planejamento. Dificuldades na gestão financeira e possíveis responsabilizações dos gestores por falta de planejamento.	MÉDIO		
RISCO 30	MINUTA DE EDITAL	A minuta pode não ser revisada por profissionais com conhecimento técnico e jurídico, resultando em falhas. A necessidade de acelerar o processo pode levar a descuidos na elaboração do edital. Membros da equipe podem não ter a experiência necessária para redigir um edital adequado.	**Erros na elaboração da minuta**	Erros significativos podem levar à anulação do edital, atrasando o processo de contratação. Licitantes podem contestar o edital em decorrência de falhas, resultando em disputas legais. A credibilidade da administração pública pode ser afetada, gerando desconfiança entre fornecedores.	BAIXO	Elaboração e revisão de minuta de edital condizente com as contratações de obras e serviços de engenharia.	Diretoria de Licitação de Obras
RISCO 31	MINUTA DE EDITAL	A equipe de planejamento pode não ter discutido suficientemente quais critérios são relevantes para a seleção. A ausência de um modelo padrão pode levar a critérios confusos ou inconsistentes. Alterações feitas em cima da hora podem não ser bem comunicadas, resultando em critérios ambíguos.	**Falta de clareza nos critérios de seleção**	Licitantes podem interpretar os critérios de maneiras diferentes, levando a propostas inconsistentes. A falta de clareza pode gerar insatisfação entre os licitantes, que podem se sentir prejudicados ou a licitações desertas. A ambiguidade pode complicar o processo de avaliação, resultando em decisões questionáveis, passíveis de responsabilização.	BAIXO		
RISCO 32	MINUTA DE EDITAL	A equipe pode não estar atenta a mudanças nas leis e normas que impactam o edital. A utilização de minutas ou modelos desatualizados pode levar à inclusão de informações obsoletas. A falta de suporte jurídico pode resultar em não conformidade com as novas regulamentações.	**Desatualização de informações normativas**	A inclusão de informações desatualizadas pode levar a problemas de conformidade com a legislação. Irregularidades podem complicar a implementação do contrato, afetando o andamento da obra. A administração pode ser responsabilizada por falhas na conformidade, resultando em sanções.	MÉDIO		
RISCO 33	PARECER JURÍDICO	O advogado pode estar sobrecarregado com outras demandas, resultando em atraso na análise. A solicitação do parecer pode não estar clara, dificultando a análise pelo advogado. Trâmites administrativos internos podem atrasar a entrega do parecer.	**Atraso na emissão do parecer**	Atrasos podem resultar na prorrogação do cronograma, impactando a execução do projeto. Licitantes podem se frustrar com atrasos, resultando em desinteresse em futuras licitações. A percepção de ineficiência pode prejudicar a relação quanto aos demais agentes do órgão e a credibilidade da administração pública perante a sociedade	BAIXO		
RISCO 34	PARECER JURÍDICO	A equipe responsável pode não fornecer informações completas ou precisas ao advogado. Um advogado menos experiente pode não identificar todos os aspectos legais relevantes. Alterações nas normas podem não ser consideradas, resultando em um parecer desatualizado.	**Inadequação do parecer**	A inadequação do parecer pode levar a contestações ou ações judiciais, comprometendo o processo licitatório. Irregularidades identificadas após a contratação podem complicar a implementação do projeto. A administração pode ser responsabilizada por falhas legais, resultando em sanções.	BAIXO		
RISCO 35	PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO	A ausência de uma revisão cuidadosa pode resultar em erros no texto publicado. Mudanças feitas próximo ao prazo de publicação podem não ser refletidas corretamente no edital. Instruções confusas na elaboração do edital podem levar a erros na hora da publicação.	**Erro no conteúdo da publicação**	Retificação do processo Informações erradas podem causar confusão entre os licitantes, resultando em propostas inconsistentes. A administração pode ser responsabilizada por erros na publicação, enfrentando repercussões legais.	BAIXO		
RISCO 36	PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO	Falta de atratividade do edital para os potenciais fornecedores por questões relacionadas aos custos e retornos financeiros. Erros ou exigências excessivas no edital por falta de critérios claros que aumentem a competitividade da licitação. Prazos inadequados para análise do edital e formulação da proposta. Falta de credibilidade do órgão devido a licitações anteriores ou contratos executados pelos fornecedores. Divulgação insuficiente para devida publicidade dos atos pertinentes ao processo licitatório.	**Risco de Licitação Deserta**	Atraso no processo de contratação devido a necessidade de reanálise dos critérios, nova publicação e mais prazos necessários. Aumento de custos para a administração com a necessidade de revisão do edital e republicação. Impacto na execução do projeto e possibilidade de prejuízo a população pelo não atendimento da demanda. Descredibilização do órgão perante aos fornecedores e a comunidade em geral. Potenciais responsabilizações em contratações por dispensa de licitação devido ao ambiente gerado por diversas licitações desertas.	MÉDIO		

AGESUL — AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MATO GROSSO DO SUL

SEILOG Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

GOVERNO DE Mato Grosso do Sul

Processo n.º **79.011.393-2024**
Data: **30/01/2025**

MAPA DE RISCOS DO PROCESSO: META PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS							
Nº EVENTO	ATIVIDADE	RISCO			NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	SETOR RESPONSÁVEL
		CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS			
RISCO 37	HABILITAÇÃO	A falta de clareza nos critérios pode levar a interpretações erradas por parte da equipe responsável. Uma análise superficial pode resultar na habilitação de fornecedores não qualificados. A pressão para concluir o processo rapidamente pode comprometer a rigorosidade da análise. Falhas na apresentação de documentos ou informações inconsistentes podem levar à desabilitação indevida. A falta de experiência da equipe responsável pela habilitação pode levar a erros na avaliação e recursos administrativos que atrasem o processo.	**Habilitação indevida de fornecedores**	Fornecedores não qualificados podem entregar produtos ou serviços de baixa qualidade. A administração pode ser responsabilizada por contratações inadequadas, resultando em ações judiciais. Licitantes qualificados podem perder a confiança na administração pública se perceberem que fornecedores não qualificados são habilitados. A desabilitação de fornecedores qualificados pode reduzir a competitividade no processo, afetando a qualidade das propostas. Fornecedores desabilitados podem contestar a decisão, resultando em atrasos e conflitos. A administração pode ser vista como ineficiente ou injusta, o que pode afetar futuras licitações.	MÉDIO		
RISCO 38	HABILITAÇÃO	A falta de divulgação dos critérios e resultados de habilitação de antigas licitações pode gerar desconfiança entre os participantes. A falta de documentação adequada pode dificultar a rastreabilidade e o acompanhamento do processo. A ausência de supervisão externa pode prejudicar a transparência do processo.	**Falta de transparência na habilitação**	A falta de transparência pode levar a questionamentos e desconfiança entre os fornecedores. Licitantes podem contestar a legitimidade do processo, resultando em ações judiciais. A falta de transparência pode afetar a credibilidade da administração pública.	MÉDIO		
RISCO 39	HABILITAÇÃO	Requisitos muito específicos ou restritivos podem limitar a quantidade de fornecedores, dificultando a participação de licitantes, e inabilitando os que participaram Falta de critérios e insegurança dos profissionais responsáveis pelo julgamento podem ocasionar decisões contrárias aos pretendentes. Baixa qualidade dos fornecedores.	**Risco de Licitação Fracassada**	O fracasso da licitação atrasa o início da execução do projeto, impactando o cronograma e o planejamento da instituição. Uma nova licitação geralmente envolve custos adicionais e demanda de tempo para ajustes no edital e novos processos administrativos. Licitações fracassadas podem afetar alterações da instituição, criando uma imagem de ineficiência e falta de planejamento. Caso o projeto esteja vinculado a compromissos legais, acordos de financiamento ou prazos regulatórios, o fracasso da licitação pode gerar decisões ou avaliações.	MÉDIO		
RISCO 40	ABERTURA DAS PROPOSTAS E FASE DE LANCES	Prazos muito exíguos podem dificultar a análise do edital diminuindo o número de participantes por insegurança da proposta. Perda de prazos dos fornecedores por dificuldades causadas pela administração podem causar a judicialização dos processos e a responsabilização dos agentes	**Prazos incompatíveis com as normas vigentes**	Judicialização dos processos e responsabilização dos agentes. Atrasos nas contratações e possíveis impactos nas execuções. Perda de recursos da administração públicas	MÉDIO		
RISCO 41	ABERTURA DAS PROPOSTAS E FASE DE LANCES	Fornecedores podem combinar preços ou condições, prejudicando a competitividade. A ausência de um monitoramento rigoroso pode facilitar a manipulação. Se os lances não forem divulgados adequadamente, pode haver espaço para práticas desleais.	**Manipulação de lances**	Diminuição de propostas e consequentemente a concorrência da licitação e aumentando o custo final da contratação. Crimes contra a administração causam insegurança no ambiente do órgão.	MÉDIO		
RISCO 42	JULGAMENTO	Se os critérios não estiverem bem definidos, os avaliadores podem ter dificuldades em classificar as propostas de forma justa. A falta de experiência na análise de propostas pode levar a avaliações inadequadas. A necessidade de cumprir prazos pode resultar em uma análise superficial das propostas.	**Erros na avaliação das propostas**	A escolha errada pode levar à contratação de fornecedores que não atendem às necessidades do projeto. Fornecedores inadequados podem resultar em atrasos na execução da obra, comprometendo o cronograma. Licitantes que se sentirem prejudicados podem contestar o resultado, levando a disputas e atrasos.	MÉDIO		
RISCO 43	JULGAMENTO	Os avaliadores podem não registrar adequadamente suas análises e decisões. Ausência de normas estabelecidas para documentação do julgamento pode levar a registros incompletos. A falta de organização pode resultar em perda de informações relevantes.	**Falta de documentação adequada**	A falta de registros pode dificultar a justificativa de escolhas em casos de questionamentos. Licitantes podem contestar decisões com base na falta de documentação, levando a atrasos e disputas. A ausência de registros claros pode prejudicar a transparência do processo.	MÉDIO		
RISCO 44	RECURSO DE JULGAMENTO	Apresentação de recursos por licitantes descontentes com o resultado da habilitação ou julgamento. Erros ou omissões no processo de habilitação e julgamento, gerando questionamentos.	**Atraso no Processo Licitatório devido a Recursos**	Atraso na contratação e, consequentemente, no início da execução do projeto. Impacto no cronograma e no orçamento planejado para o projeto.	MÉDIO		
RISCO 45	RECURSO DE JULGAMENTO	Falta de clareza nos critérios de julgamento ou inconsistência na aplicação dos critérios. Suspeita de favorecimento de determinados licitantes por falta de transparência nas avaliações.	**Questionamentos sobre a Transparência e Imparcialidade do Processo**	Aumento do número de recursos, o que pode prolongar o processo licitatório. Perda de credibilidade da administração pública e questionamentos sobre a integridade do processo.	BAIXO		
RISCO 46	RECURSO DE JULGAMENTO	Insatisfação com o resultado do julgamento ou habilitação que leva à judicialização do processo. Erros ou irregularidades no processo de licitação que motivam ações judiciais.	**Risco de Judicialização do Processo**	Suspensão do processo licitatório até a decisão judicial, impactando o cronograma. Aumento dos custos administrativos e possíveis despesas com honorários advocatícios.	MÉDIO		
RISCO 47	HOMOLOGAÇÃO	A falta de um processo claro e estruturado pode resultar em atrasos na homologação. Divergências entre as equipes envolvidas podem dificultar a conclusão do processo de homologação. A comunicação inadequada entre as partes pode atrasar a finalização da homologação.	**Demora na homologação**	A demora na homologação pode comprometer o cronograma do projeto, causando atrasos na execução. Atrasos podem gerar custos extras, tanto para a administração quanto para os fornecedores. O atraso na homologação pode gerar descontentamento e desinteresse de fornecedores em participar de futuras licitações.	MÉDIO		
RISCO 48	HOMOLOGAÇÃO	A pressão para avançar rapidamente na contratação pode levar a homologações sem a devida verificação de conformidade. A ausência de uma supervisão rigorosa pode permitir a homologação de processos incompletos. Funcionários responsáveis podem não estar totalmente cientes das normas e procedimentos que devem ser seguidos.	**Homologação indevida**	A homologação de processos irregulares pode resultar na escolha de fornecedores que não atendem às necessidades. Licitantes prejudicados podem contestar a homologação, levando a processos judiciais e atrasos. A administração pode sofrer danos à sua imagem e credibilidade.	BAIXO		
RISCO 49	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Os processos são tramitados em outros órgãos, podendo ser municipal, estadual ou federal, o que pode dificultar a priorização das atividades. Erro de enquadramento do objeto e constatação superveniente a licitação. Não prosseguimento do licenciamento conjuntamente ao procedimento de licitação, após parecer ambiental pela possibilidade de simultaneidade. Mudança de condições do projeto inicialmente analisado pela diretoria de meio ambiente que inviabilizem a execução.	**Ausência de Licença Ambiental**	A assinatura do contrato poderá ser atrasada devido a ausência de licença ambiental. O processo pode demorar meses a anos, dependendo da complexidade, podendo inclusive inviabilizar o empreendimento. Processos sem o devido acompanhamento ambiental podem gerar impactos e danos ambientais irreversíveis, passiveis de sanções e penalidades para a administração pública. Alteração de projeto em fase de obras para atendimento emergencial dos problemas ambientais.	MÉDIO	Análise durante o processo de contratação para que se contrate apenas com o licenciamento ambiental aprovado.	Gerência de Acompanhamento de Contratos

AGESUL — SEILOG Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística — Governo de Mato Grosso do Sul

Processo n.º **79.011.393-2024**
Data: **30/01/2025**

MAPA DE RISCOS DO PROCESSO: META PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS							
Nº EVENTO	ATIVIDADE	RISCO			NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	SETOR RESPONSÁVEL
		CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS			
RISCO 50	CONTRATAÇÃO	Falta de minuta de contrato padrão para obras e serviços de engenharia fornecida pela PGE. Falta de clareza da equipe de planejamento nos posicionamentos e peças técnicas do planejamento que não são seguidas pelas demais diretorias. Falta de interação entre os departamentos jurídico e técnico. Condições específicas para contratações no âmbito de obras e serviços de engenharia. Contratos sem as particularidades de cada objeto. Equipe jurídica sem conhecimentos em contratações públicas.	**Cláusulas contratuais em discordância com as normas e o edital**	Contratos mal formulados com cláusulas divergentes do edital que dificultam a fiscalização e gestão na tomada de decisões que impactam o andamento da execução Prazos, por mais que sejam legais, não condizem com as condições operacionais do órgão. Judicialização dos contratos, tanto por parte da administração, como por parte da contratada. Perda de credibilidade perante aos demais fornecedores. Custos processuais desnecessários em casos de falta de previsibilidade contratual.	BAIXO		
RISCO 51	CONTRATAÇÃO	Falta de análise prévia da documentação e de todo o processo licitatório antes da homologação. Uma análise superficial pode resultar na assinatura de contrato com fornecedores não habilitados. Imprudência do servidor ao preencher os campos. Alta rotatividade de profissionais nas funções possibilitando a falta de revisão dos dados já preenchidos.	**Assinatura do contrato com documentação ou dados inadequados**	A administração pode sofrer danos à sua imagem e credibilidade. Responsabilização dos agentes. O processo pode ficar mais oneroso pois o contrato deverá ser corrigido. Contratos irregulares em casos em que não cabe aditamento.	BAIXO		
RISCO 52	EXECUÇÃO DO CONTRATO	Problemas supervenientes a contratação podem dificultar o fluxo financeiro do objeto do contrato. Problemas internos na empresa contratada, como desmotivação e incapacidade atrapalham o bom desempenho Capacidade técnica limitada. Falta de mão de obra local para suprir funções simples, onde a previsão de contratações distantes não foi contemplada para tanto, causando impactos no financiamento da execução. O contratado pode optar por materiais de qualidade inferior para reduzir custos, comprometendo a qualidade.	**Dificuldades na execução por parte da contratada**	O descumprimento pode levar à interrupção da execução do contrato, afetando o projeto. Desempregos dos profissionais contratados. Pode ser necessário buscar um novo fornecedor para garantir o cumprimento das obrigações. A finalidade da contratação pode não ser atendida em tempo razoável. Multas e Sanções por parte da administração.	MÉDIO		
RISCO 53	EXECUÇÃO DO CONTRATO	Um planejamento deficiente pode resultar em prazos irreais ou não factíveis. Fatores externos, como condições climáticas ou problemas logísticos, ou necessidade de aprovação em outros órgão competentes, podem causar atrasos. A falta de mão de obra ou materiais necessários pode impedir a execução no prazo.	**Atrasos na execução**	Atrasos podem resultar em custos adicionais para a administração e para o contratado. Os atrasos podem afetar toda a programação do projeto, comprometendo a entrega final. Atrasos podem gerar insatisfação entre os cidadãos, principalmente em obras públicas.	ALTO	Revisão dos cronogramas físico-financeiros antes de licitar. Exigência de cronograma físico-financeiro detalhado sob responsabilidade da contratada.	Gestão e fiscalização
RISCO 54	EXECUÇÃO DO CONTRATO	Projetos sem a devida qualidade dificultam a execução. Projetos antigos sem levar em conta as novas soluções tecnológicas Falta de capacidade dos órgão demandantes no recebimento de projetos a serem licitados pelo órgão licitante. O projeto pode não considerar completamente as condições locais, como, topografia e solo. Falta de estudo técnico e planejamento nas soluções apresentadas	**Projetos sem a devida qualificação**	Projetos ineficientes, resultando em aditivos contratuais. Dificuldade de execução do contrato como um todo, as vezes o tornando inviável. O objeto não atender o que se espera do emprego dos recursos públicos. Impacto social com a execução e descrença na administração pública.	ALTO	Capacitação dos projetistas e dos fiscais que fazem o recebimento de projetos para licitação, contratados ou recebidos de outros órgãos	Projeto Gestão e fiscalização
RISCO 55	EXECUÇÃO DO CONTRATO	A falta de detalhamento no projeto inicial ou especificações específicas pode gerar necessidade de alterações durante a execução da obra. A ausência de estudos detalhados (geotécnicos, topográficos, ambientais) pode levar a descobertas durante a execução, exigindo ajustes de escopo. Estimativas de custos e quantitativos imprecisas no projeto inicial podem levar a inadequações financeiras e necessidades de ajustes. Alterações nas regulamentações técnicas ou legais durante a execução da obra podem exigir ajustes no projeto e na execução. Eventos climáticos extremos ou fora do padrão, como chuvas intensas, podem atrasar a execução e exigir mais tempo. Divergências sobre interpretação de cláusulas contratuais, escopo ou mudanças na obra. Dificuldade no dimensionamento de contratos contínuos	**Aditivos e disputas contratuais com fornecedores**	Aditivos aumentam o custo total do projeto, impactando o orçamento público e exigindo realocação de recursos e podem comprometer o cronograma, impactando a entrega da obra e os demais projetos programados. Atraso na entrega podem gerar deliberações contratuais e multas para a administração pública. Geração de atritos e comprometer a qualidade do relacionamento com fornecedores. Questionamentos sobre a eficiência e transparência da gestão, além de atrair auditorias e inspeções. Insatisfação e desconfiança sobre a administração pública. Atrasos na execução, necessidade de mediação ou arbitragem e possível judicialização, que podem atrasar ainda mais a entrega da obra.	ALTO	Capacitação dos fiscais. Desenvolvimento de minuta padrão compatível com os objetos contratados.	Gestão e fiscalização GAC
RISCO 56	EXECUÇÃO DO CONTRATO	Eventos climáticos extremos, como chuvas intensas, enchentes, ondas de calor, ventos fortes e tempestades A ausência ou deficiência de estudos ambientais e de impacto, como análises de solo, água, vegetação e fauna Obras realizadas em áreas ambientalmente sensíveis Falta de observação das variações sazonais (como estações chuvosas e secas) no cronograma da obra, o que pode interromper a execução durante certas épocas do ano. Falta de planejamento e implementação de ações específicas para reduzir impactos ambientais, como controle de resíduos, erosão e proteção de vegetação e corpos d'água.	**Riscos climáticos ambientais**	Suspenção de atividades, comprometendo o prazo de entrega do projeto e exigindo replanejamento. Aditivos de prazo e valor, aumentando os custos totais da obra e exigindo realocação de recursos. Danos as máquinas, equipamentos e estruturas temporárias, gerando custos extras para pacotes e reparos. Poluição, destruição de habitats e degradação da fauna e da flora locais, resultando em avaliações e danos ao ecossistema. Imposição de multas e prejuízos, além da paralisação da obra pelos órgãos fiscalizadores. Condições perigosas para os trabalhadores e para a população próxima ao local, aumentando o risco de acidentes e ameaças à segurança. Desconfiança na administração pública, afetando sua audiência junto à população e às partes interessadas.	MÉDIO		

AGESUL — SEILOG Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística — Governo de Mato Grosso do Sul

Processo nº **79.011.393-2024**
Data: **30/01/2025**

MAPA DE RISCOS DO PROCESSO:	META PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS						
Nº EVENTO	ATIVIDADE	RISCO			NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	SETOR RESPONSÁVEL
		CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS			
RISCO 57	EXECUÇÃO DO CONTRATO	Desrespeito às normas regulamentadoras (NRs) ou a falta de medidas de segurança adequadas Infraestrutura deficiente no canteiro de obras, como falta de instalações sanitárias, área de descanso, água potável e abrigos para os trabalhadores. Contratação de trabalhadores sem vínculo formal ou terceirização sem controle adequado, o que pode levar à divulgação dos direitos trabalhistas. Ausência de um canal de comunicação com a comunidade, gerando desinformação, incômodos e conflitos Ruído, poeira, trânsito e outros danos causados pela obra que podem gerar insatisfação e reclamações na população local. Descumprimento de direitos trabalhistas, como pagamento de previsão, benefícios, horas extras e condições adequadas de trabalho.	**Riscos trabalhistas e sociais**	A falta de segurança e condições adequadas de trabalho aumenta o risco de acidentes A não conformidade com as normas de segurança e trabalhistas pode resultar em multas, avaliações e interdições por órgãos fiscalizadores Condições impostas e desrespeito aos direitos trabalhistas podem desmotivar os trabalhadores e aumentar a rotatividade, impactando os prazos Ações trabalhistas podem gerar custos adicionais para a administração pública. A insatisfação da população local com os impactos da obra pode gerar conflitos afetando imagem da administração, gerando desconfiança e insatisfação entre a população.	MÉDIO		
RISCO 58	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	A equipe de fiscalização pode ser reduzida, resultando em falta de atenção a todas as atividades do contrato. Fiscais podem não ter o treinamento necessário para realizar uma supervisão eficaz. A falta de clareza nas prioridades da fiscalização pode levar a negligências em áreas críticas. A ausência de acompanhamento regular pode permitir que o contratado não cumpra as cláusulas. Distância da execução dos contratos pode afetar o acompanhamento. Falta de fiscalização contínua, padrões de qualidade mal definidos ou má fé da empresa contratada nas contratações de serviços contínuos. Falta de planejamento de visitas de fiscalização periódicas. Sobrecarga de trabalho dos fiscais, que impossibilita o acompanhamento próximo da obra.	**Falta de acompanhamento adequado**	Irregularidades na execução do projeto, que podem comprometer a qualidade da obra. Atrasos no cronograma, devido à falta de supervisão adequada. Desconformidade com o contrato e normas, resultando em retrabalho. A falta de fiscalização pode resultar em descumprimentos e não conformidades. A ausência de registros pode dificultar a aplicação de penalidades ao contratado em caso de descumprimento. Problemas não detectados podem gerar retrabalhos e custos adicionais para a administração. Degradação rápida das vias, insatisfação do cliente e custos de retrabalho	ALTO	Capacitação de fiscais	Diretorias
RISCO 59	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	Falta de capacitação da equipe ou erro nas ferramentas de medição. A falta de diálogo entre a administração e o contratado pode resultar em mal-entendidos sobre os valores a serem pagos Falta de instrumentos de medição adequados ou desatualizados. Inexperiência ou falta de qualificação dos profissionais responsáveis pela medição. Pressão por agilidade, que leva a erros por falta de precisão nas precisão..	**Erro nas medições dos serviços realizados**	Pagamentos indiretos ao contratado, gerando problemas financeiros e prejuízos ao erário. Necessidade de correção das complexidades, acarretando retrabalho e atrasos. Desacordo entre as partes, possivelmente resultando em disputas contratuais. Pagamento inadequado e desperdício de recursos Responsabilização dos agentes.	ALTO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Elaboração de documentação padrão de fiscalização: planilhas de medições, memorial fotográfico, livro de ocorrências e diário de obras.	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações
RISCO 60	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	Falta de organização na gestão de documentos e registros pode resultar na ausência de comprovações das atividades fiscalizadas. Os fiscais podem não estar cientes da necessidade de documentação específica durante o processo de fiscalização. Ausência de procedimentos padronizados para registro e documentação pode levar a lacunas na informação.	**Falta de documentação adequada**	A ausência de documentação pode dificultar a apresentação de relatórios e prestação de contas. A falta de registros pode inviabilizar auditorias, prejudicando a transparência e o controle externo. A falta de documentação pode expor a administração a riscos legais e responsabilidades financeiras.	MÉDIO		
RISCO 61	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	Falta de entendimento do contrato ou comunicação ineficaz entre equipes. Cláusula mal redigidas que geram ambiguidades ou não abordam certos assuntos necessários a gestão e fiscalização. Interferências externas que levam a decisões contrárias às cláusulas contratuais. Inadequação do planejamento e cronograma da obra, que compromete o cumprimento das obrigações. Falta de assessoramento jurídico.	**Descumprimento de cláusulas contratuais**	Aumento dos custos relacionados. Atrasos e necessidade de aditivos contratuais. Conflitos com o contratado, resultando em disputas ou até judicialização. Penalidades e multas por descumprimento das condições acordadas.	MÉDIO		
RISCO 62	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	Fiscais podem ter relacionamentos pessoais ou profissionais com o contratado, afetando sua objetividade. Influências externas podem comprometer a imparcialidade dos fiscais, levando a decisões tendenciosas. Comportamentos antiéticos podem afetar a integridade da fiscalização.	**Ilegalidades na fiscalização**	A possível existência da falta de imparcialidade poderá gerar decisões inadequadas que não atendem ao interesse público. A fiscalização tendenciosa pode levar a disputas legais entre a administração e o contratado.	MÉDIO	Elaboração de documentação para formalizar a declaração de não vínculo com o contratado	Coordenadoria Jurídica da PGE
RISCO 63	PAGAMENTO	A falta de recursos financeiros disponíveis pode causar atrasos nos pagamentos. Processos internos lentos e excessivamente burocráticos podem atrasar a liberação de pagamentos. A falta de documentação adequada pode impedir a realização do pagamento. Perda dos prazos legais.	**Atrasos nos pagamentos**	Atrasos podem gerar insatisfação e desconfiança por parte do contratado, afetando a relação de trabalho. Atrasos nos pagamentos podem levar o contratado a interromper a execução dos serviços. Atrasos podem resultar em multas e encargos financeiros adicionais, elevando os custos do projeto.	MÉDIO		
RISCO 64	PAGAMENTO	A ausência de uma verificação rigorosa dos documentos pode levar a pagamentos sem respaldo. Cláusulas mal definidas podem permitir interpretações que resultem em pagamentos indevidos.	**Pagamentos indevidos**	Pagamentos indevidos podem resultar em prejuízos financeiros significativos para a administração pública. A administração pode perder credibilidade ao realizar pagamentos sem a devida justificativa. Pagamentos controversos podem resultar em disputas legais entre a administração e os contratados.	BAIXO		
RISCO 65	RECEBIMENTO DO OBJETO	O contratado pode não ter a experiência ou conhecimento necessários para cumprir os requisitos e não conseguir entregar o objeto com qualidade exigida. A falta de uma verificação rigorosa no momento do recebimento pode permitir a aceitação de serviços ou obras com problemas. A ausência de critérios claros para a aceitação pode levar a julgamentos subjetivos e falhos. A urgência em finalizar o contrato pode comprometer a qualidade da avaliação.	**Qualidade inadequada do serviço ou produto**	A administração pode recusar a entrega se não atender às especificações, levando a retrabalho. A entrega de serviços ou produtos de baixa qualidade pode prejudicar a reputação da administração. Pode ser necessário investir em reparos ou substituições para corrigir a qualidade inadequada. A aceitação de obras com falhas pode resultar em custos adicionais para correção. A administração pode sofrer danos à sua imagem se for percebida como ineficiente na supervisão de contratos. Falhas nos serviços ou obras podem comprometer a funcionalidade e a qualidade dos mesmos.	ALTO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Elaboração de um checklist de entrega de documentação exigidas no contrato	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações

Av. Des. José Nunes da Cunha, Bloco 14
Pq. dos Poderes Pedro Pedrossian | CEP: 79031-310 | Campo Grande/MS
Fone: 67.3318 5300 | www.seilog.ms.gov.br

AGESUL — SEILOG Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística — Governo de Mato Grosso do Sul

Processo nº **79.011.393-2024**
Data: **30/01/2025**

MAPA DE RISCOS DO PROCESSO:	META PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS						
Nº EVENTO	ATIVIDADE	RISCO			NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS DE TRATAMENTO	SETOR RESPONSÁVEL
		CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS			
RISCO 66	RECEBIMENTO DO OBJETO	A equipe responsável pode não ter conhecimento suficiente sobre os critérios de avaliação e as especificações do contrato. A ausência de supervisão pode permitir que erros passem despercebidos durante a avaliação. A adoção de metodologias inadequadas para avaliação pode resultar em diagnósticos imprecisos. A ausência de critérios bem definidos para o recebimento pode resultar em aceitação inadequada. A falta de uma verificação minuciosa pode levar à aprovação de serviços que não atendem aos requisitos contratuais. A urgência em finalizar o processo pode comprometer a qualidade da inspeção.	**Recebimento de obras ou serviços não conformes.**	A avaliação inadequada pode resultar na aceitação de serviços que não atendem às especificações. A aceitação de serviços não conformes pode levar a custos adicionais para a correção ou retrabalho. A falta de rigor na avaliação pode prejudicar a confiança na administração pública. A aceitação de serviços não conformes pode levar a problemas na continuidade do projeto. A administração pode enfrentar dificuldades ao tentar cobrar garantias ou exigir correções de serviços não conformes. Serviços não conformes podem exigir retrabalho e custos adicionais para correção.	ALTO	PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS - Elaboração de um checklist de entrega de documentação exigidas no contrato	Comissão de planejamento com participantes de cada diretoria responsável por contratações
RISCO 67	RECEBIMENTO DO OBJETO	A falta de um sistema eficaz para arquivar e organizar documentos pode resultar na ausência de registros essenciais. Os responsáveis podem não estar cientes da documentação necessária para formalizar o recebimento definitivo. Falhas na comunicação entre a administração e o contratado podem levar à falta de documentos essenciais.	**Falta de documentação**	A ausência de documentação adequada pode resultar em problemas legais e financeiros para a administração com a devida responsabilização. A falta de registros pode inviabilizar auditorias, prejudicando a transparência e o controle externo. A falta de documentação pode expor a administração a riscos legais e a questionamentos sobre sua atuação.	BAIXO		
RISCO 68	RECEBIMENTO DO OBJETO	Sobrecarga de trabalho e poucos profissionais para o recebimento. Falta de documentação das garantias. Falta de profissionais para operação podem fazer com que os testes ou o uso em si demore além das garantias e falhas não sejam constatadas.	**Perda de prazo para o recebimento e acionamento de garantias**	Recebimento sem avaliação pode isentar o contratado de certas responsabilizações por decurso do prazo. Falhas fora da garantia geram necessidade de recursos não previstos anteriormente e que poderiam ser absorvidos pelo contratado.	MÉDIO		
RISCO 69	ENTREGA DO BEM PÚBLICO	Execução sem qualidade ou fora das normas técnicas Riscos não previstos na contratação inviabilizam ou oneram demasiadamente a operação. Falta de interesse no recebimento pela sociedade ou novos agentes do órgão ou entidade demandante por questões políticas.	**Falta de operacionalidade do bem público**	Falta de operacionalidade do bem. Falta de recursos para operação e manutenção podem comprometer a finalidade da contratação. Desperdício de recursos que poderiam ser utilizados em áreas realmente necessitadas.	MÉDIO		
RISCO 70	ENTREGA DO BEM PÚBLICO	Solicitação feita na formalização da demanda não atendida. Tempo demasiado para entrega acabando em falta de interesse público ou novas necessidades. Falta de comunicação entre o órgão demandante e o licitante	**Não atendimento da finalidade**	Desperdício de recursos. Incompreensão entre os agentes públicos. Serviços de baixa qualidade gerando problemas futuros de manutenção e mais recursos sendo empenhados.	MÉDIO		
RISCO 71	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Falta de capacitação da equipe: A equipe responsável pela elaboração da prestação de contas pode não ter conhecimento suficiente sobre as normas e procedimentos. Informações incorretas ou incompletas: Dados imprecisos ou falta de informações essenciais podem levar a relatórios inadequados. Utilização de sistemas ineficazes: Sistemas de controle ou contabilidade que não são adequados podem resultar em erros na prestação de contas.	**Inadequação na prestação de contas**	Rejeição da prestação de contas: Relatórios inadequados podem ser rejeitados por órgãos de controle, resultando em penalidades. Danos financeiros: A inadequação pode levar à necessidade de retrabalho e correções, gerando custos adicionais. Perda de credibilidade: A falha na prestação de contas pode comprometer a confiança da população na gestão pública.	MÉDIO		
RISCO 72	PRESTAÇÃO DE CONTAS	A falta de planejamento na elaboração da prestação de contas pode resultar em atrasos. A equipe pode estar sobrecarregada com outras atividades, o que pode afetar a entrega pontual das contas. A ausência de um controle sobre os prazos estabelecidos pode levar a descumprimentos.	**Descumprimento dos prazos de entrega**	O não cumprimento dos prazos pode levar a penalidades e sanções para a administração. A falta de pontualidade pode afetar a liberação de recursos financeiros futuros. O descumprimento de prazos pode minar a confiança da população na capacidade de gestão da administração.	MÉDIO		
RISCO 73	ARQUIVAMENTO	Dificuldade de localização ou pulverização dos dados em vários processos causando dificuldade de entendimento ou prestação de contas futuramente. Processos prolixos com informações desnecessárias perdem a facilidade de entendimento e compreensão.	**Perda dos dados do processo de contratação**	Dificuldade de acesso e controle do processo após o arquivamento. Comprometimento de prestação de contas futuras.	MÉDIO		
RISCO 74	ARQUIVAMENTO	A ausência de infraestrutura apropriada para armazenamento pode resultar em danos aos documentos. O manuseio descuidado por parte dos funcionários pode levar a danos ou perda de documentos. Fenômenos como enchentes ou incêndios podem causar a destruição de documentos físicos.	**Perda ou dano do processo de contratação.**	A perda de documentos essenciais pode atrasar processos e decisões administrativas. A falta de documentação pode resultar em dificuldades legais e problemas de compliance. A necessidade de recriar documentos perdidos pode gerar custos e retrabalho.	BAIXO		

Campo Grande-MS, 30 de janeiro de 2025.

DERICK H. MACHADO DE SOUZA
Superintendência Logística – SL/SEILOG